

O Processo de Bolonha - 10 Anos de Passado, 10 Anos de Futuro

Sebastião Feyo de Azevedo¹

- 1. Foi há precisamente 10 anos**, a 19 de Junho de 1999, que os Ministros da Educação de 29 Países Europeus, entre os quais o Ministro Marçal Grilo em representação de Portugal, assinaram a Declaração de Bolonha. Nesta Declaração os Países signatários propuseram-se a criar, até 2010, o Espaço Europeu do Ensino Superior, com os objectivos fundamentais de promover a mobilidade e a empregabilidade dos cidadãos, fomentar a coesão e o desenvolvimento Europeus através da cooperação transnacional e promover a atractividade internacional do sistema Europeu do ensino superior.

Foi este o ponto de não retorno de um movimento reformista Europeu de imensa dimensão, referenciado desde então como Processo de Bolonha (PB), que envolve e afecta hoje cerca de 16 milhões de estudantes, de mais de 5500 instituições do ensino superior de 46 Países e que desperta a maior atenção em outras regiões do Mundo.

- 2. Num lapso de tempo de menos de trinta anos** a Europa transformou-se numa Sociedade Global, sem fronteiras, em que se consolidou e prevalece um paradigma existencial de “cooperação e competição” e em que o Conhecimento adquiriu relevância fundamental.

Neste quadro contemporâneo, com Bolonha ou sem Bolonha, tem sido para nós, Portugueses, uma urgência antiga sempre adiada aumentar significativamente as qualificações culturais e profissionais dos nossos cidadãos, a todos os níveis etários e profissionais, promover a competitividade europeia das nossas instituições e promover a competitividade dos nossos jovens no mercado de trabalho internacional.

Ora, não há dois caminhos para este futuro. Há um caminho, o do desenvolvimento com critérios de organização e qualidade aceites e reconhecidos pelos parceiros nesta Europa em que existimos geograficamente, em que convivemos e competimos.

Pois, o PB é isso mesmo, é um conjunto de acordos, que Portugal ajudou a construir e subscreveu, de critérios de organização e qualidade que devem constituir a referência para que possamos desenvolver um Sistema do Ensino Superior (SES) Nacional competitivo, de qualidade reconhecida na Europa e no Mundo.

- 3. Nos últimos 10 anos** criou-se a Estrutura, o sistema de qualificações e as ferramentas indutoras de confiança e transparência, desse futuro Espaço Europeu e deram-se passos para a reforma académica, da Substância, aquela que os Académicos reclamam ser a reforma perene.
- 4. Os próximos 10 anos** deverão ser largamente preenchidos com esforços nacionais de consolidação dos objectivos e metas traçadas, num quadro renovado de objectivos políticos que o recente Comunicado de Leuven enuncia, dos quais a dimensão social merece destaque especial.

¹ Professor catedrático, Director do Departamento de Engenharia Química da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; Vice-presidente da Ordem dos Engenheiros, Delegado Nacional ao Bologna Follow-up Group, sfeyo@fe.up.pt

Importa concretizar a Estrutura, mas o grande desafio é o da reforma académica. Esta é seguramente a tarefa mais difícil do PB, em toda a Europa, na medida da mudança de paradigmas académicos que encerra, na eventual rotura cultural que em alguns casos exige, tanto a professores como a alunos.

5. Portugal não está mal situado em todo este processo. É bom dizê-lo.

Tem a estrutura genericamente desenhada, estando ao nível dos países que estão mais adiantados na definição do quadro legal para a modernização dos seus sistemas.

A Academia reagiu aos impulsos legislativos, devendo reconhecer-se o enorme esforço realizado de adaptação estrutural e curricular em conformidade com os ciclos de Bolonha.

Em muitos dos cursos foi já efectivamente feito um primeiro trabalho, muito sério, se bem que limitado, de modernização de conteúdos, de aproximação à Sociedade, tanto a nível cultural, como a nível das actividades económicas.

Perceba-se no entanto que, no essencial, estamos no início de um longo processo e que para aprofundarmos a reforma do nosso SES precisamos de clarificar e resolver várias questões em aberto.

Escolho analisar duas delas, fundamentais.

6. Primeiro, precisamos de conseguir mobilizar e trazer a Academia para a reforma académica.

Parte da Academia está divorciada do PB. Entenda-se que a reforma da Estrutura se poderá conseguir fazer, em dimensão mínima, com um envolvimento limitado dos docentes, mas a reforma da Substância, dos cursos, dos conteúdos e dos métodos, só será bem sucedida com a participação activa e alargada da Academia, principalmente de professores, mas também de alunos.

Aqui, o dilema é simples - sem a Academia a reforma não se faz e a reforma tem que ser feita.

É preciso desatar este nó, de várias formas e com várias medidas. É preciso mobilizar académicos e estudantes, a nível de instituição, de unidades orgânicas e de cursos, que se constituam agentes catalisadores da evolução do Processo, nomeadamente através da discussão, da audição dos Colegas e da divulgação de boas práticas. O papel do Grupo de Peritos de Bolonha nesta imensa, lenta e longa tarefa será de grande relevância.

7. A outra grande questão é a resolução do dilema Qualidade-Massificação.

É uma questão de importância excepcional e de dificuldade significativa no choque potencial com alguma cultura prevalecte em alguns sectores em concepções de qualidade.

Nós temos obrigação de proporcionar aos nossos Jovens, na idade difícil dos 16-18 anos, uma oferta diversificada de formações que vá de encontro às suas apetências, motivações e competências no momento da procura e decisão de escolha.

Temos de diversificar e racionalizar a rede de oferta de formações de forma a servir as diferentes exigências de qualificação profissional e cultural.

Os jovens e os menos jovens deverão poder escolher as formações de acordo com as suas motivações e capacidades ao longo da sua vida de estudante ou profissional.

Não é desejável que a pressão natural e legítima dos jovens e das famílias, face a uma oferta limitada e afunilada de formações pós-secundárias, conduza a que muitos deles, no seu

legítimo direito de aceder a mais educação, entrem em cursos para os quais não tenham, nesse momento da entrada, as competências e motivações necessárias.

Sem diversidade articulada de oferta que acomode os vários interesses da Sociedade, somos levados a ‘tratar como igual aquilo que é diferente’, um lapso grave que compromete o nosso desenvolvimento.

- 8. Enfim**, nas suas eventuais limitações e ambiguidades, normais num processo desta dimensão e complexidade, o PB contém as referências de que Portugal necessita para o desenvolvimento de um SES competitivo no contexto global. Mas, de facto, representa mais. Representa uma força motriz importante para esse objectivo fundamental da nossa integração plena e da nossa convergência para a Europa. Uma integração plena que está ao alcance das nossas mãos, mas... que ainda não está plenamente alcançada.